

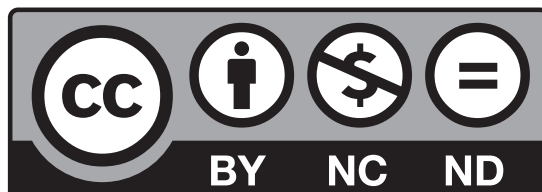


Módulo 02
Crédito e Endividamento

2018



Esta obra é disponibilizada de acordo com os termos da licença Creative Commons
Atribuição - Uso não comercial - Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Brasil (by-nc-nd)



Tem o direito de:

Compartilhar

Reproduzir, distribuir e transmitir o trabalho

De acordo com as seguintes condições:



Atribuição

Tem de fazer a atribuição do trabalho, da maneira estabelecida pelo autor ou licenciante (mas sem sugerir que este o apoia, ou que subscreve o seu uso do trabalho).



NãoComercial

Não pode usar este trabalho para fins comerciais.



Trabalhos Derivados Proibidos

Não pode alterar ou transformar este trabalho, nem criar outros trabalhos baseados nele.

Esta é uma descrição simplificada baseada na licença integral disponível em:
creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/legalcode

Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 4 |
| Capítulo 1 - Dinheiro: origem, características e funções | 6 |
| 1.1 - Conceito e origem | 6 |
| 1.2 - Funções | 7 |
| 1.3 - Como podemos utilizar o dinheiro: Decisão intertemporal de consumo | 8 |
| Capítulo 2 - Juros: conceito e formação | 11 |
| 2.1 - Conceito | 11 |
| 2.2 - Variáveis que afetam a taxa de juros | 12 |
| 2.3 - Formação do valor de dinheiro | 13 |
| Capítulo 3 - Crédito: conceito e tipos | 14 |
| 3.1 - Conceito | 14 |
| 3.2 - Tipos de crédito | 14 |
| 3.3 - Diferenças entre o tomador e o credor | 17 |
| 3.4 - Crédito, quando vale a pena pegar? | 18 |
| Capítulo 4 - Passos para sair do endividamento | 19 |
| 4.1 - Organize suas finanças | 19 |
| 4.2 - Conheça as suas dívidas | 21 |
| 4.3 - Reestruture suas dívidas | 22 |
| 4.4 - Corte gastos desnecessários | 24 |
| 4.5 - Aumente a sua renda | 25 |
| Considerações finais | 26 |

Apresentação

O endividamento é um fato inerente à vida atual, na sociedade de consumo. Para consumir produtos e serviços, essenciais ou não, os consumidores estão constantemente endividando-se. A economia de mercado seria, segundo muitos, por natureza, uma economia do endividamento.

Consumo e crédito seriam duas faces de uma mesma moeda. Chama atenção hoje, no Brasil, o processo de massificação e expansão do crédito ao consumidor, seja com parcelamentos longos (de compras em supermercado a automóveis), seja pela facilitação do crédito com desconto em folhas, seja pela abertura de contas bancárias com crédito anexo para pessoas de baixa renda, seja através da inclusão de milhões de aposentados, com descontos de seus benefícios, sem qualquer limite ou reserva de um mínimo existencial de dignidade. Instala-se no país uma nova “política” de endividamento, onde a insolvência não é mais um problema, mas oportunidade de lucro para o sistema financeiro.

O superendividamento é o estado patológico do consumo e pode ser definido como impossibilidade global do devedor-pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos). Leva-se a uma exclusão do mercado de consumo, e como “falência do consumidor” sem privilégios, pode significar a “morte civil” deste *homo economicus*. A doutrina europeia distingue *superendividamento passivo*, se o consumidor não contribuiu ativamente para o aparecimento desta crise de solvência e de liquidez, e por *superendividamento ativo*, quando o consumidor abusa do crédito e “consome” demasiadamente acima das possibilidades de seu orçamento. No caso do superendividamento passivo, a causa do endividamento excessivo não é o abuso do crédito, mas um imprevisto “acidente da vida” (desemprego, redução de salários, divórcio, doenças, acidentes, mortes na família, nascimento de filhos etc.)

O superendividamento é, pois, um novo fenômeno social e jurídico da sociedade brasileira!

Considerando que crédito e endividamento são dois “lados da mesma moeda, são causa e efeito do novo modelo de sociedade endividada e globalizada de consumo”, antes de se analisar o atual fenômeno do superendividamento, é imprescindível verificar sua causa: a concessão de crédito, mais precisamente, sob a forma de consignação – financiamento no qual o tomador de crédito autoriza a retirada do pagamento do débito diretamente de sua conta corrente.

Ocorre que, geralmente, o desconto em folha – por oferecer menores taxas de juros, ser concedido até mesmo a quem tem restrições creditícias de modo rápido, fácil e sem consulta às entidades de proteção ao crédito, é comumente utilizado pelo consumidor para a aquisição de bens e fruição de serviços, sejam eles essenciais ou não, bem como pelo consumidor endividado na tentativa de reduzir, paliativamente, o montante de dívidas que possui. Contudo, embora aparentemente inocente, o crédito consignado tem sido objeto de inúmeras ações judiciais, nas quais se pleiteia, na maioria das vezes, o cancelamento unilateral dos descontos, principalmente, porque os consumidores atingiram um nível tal de endividamento que sequer conseguem adquirir produtos indispensáveis à sua sobrevivência, face ao comprometimento de grande parte do salário, remuneração ou benefício previdenciário, descontada mensalmente, “visto que o crédito consignado automatiza o empréstimo e dispensa o cuidado do mutuante”.

Diante deste modo, quais os fatores econômicos que estão por trás do endividamento? Nesse módulo iremos levantar os aspectos econômicos que levam ao endividamento e as formas encontradas para se reduzir e evita-lo.

Meu dinheiro não é de plástico!



Capítulo 1

Dinheiro: conceito, origem, características e funções

1.1 - Conceito e Origem



a) Conceito:

A Moeda é o meio através do qual são efetuadas as transações monetárias. É todo o ativo que constitua forma imediata de solver débitos, com aceitabilidade geral e disponibilidade imediata, e que confere ao seu titular um direito de saque sobre o produto social. O dinheiro é constituído pelas notas (geralmente em papel) e moedas (peça metálica) admitidas em circulação.



b) Origem:

Nem sempre o dinheiro existiu. Na verdade, no início dos tempos, não havia dinheiro em nenhum lugar do mundo. As pessoas trocavam as coisas de que precisavam. Se alguém tinha bastante carne e outra pessoa havia colhido muitas frutas, trocavam a carne pelas frutas. Assim, as duas ficavam satisfeitas. O dinheiro surgiu naturalmente na sociedade, e surgiu como uma maneira de auxiliar as transações econômicas voluntárias. Foi uma das maiores invenções da humanidade. O dinheiro não apenas facilitou às pessoas adquirirem o que queriam como também tornou o ato de poupar muito mais possível — você podia agora acumular o dinheiro excedente para gastá-lo em um momento posterior.

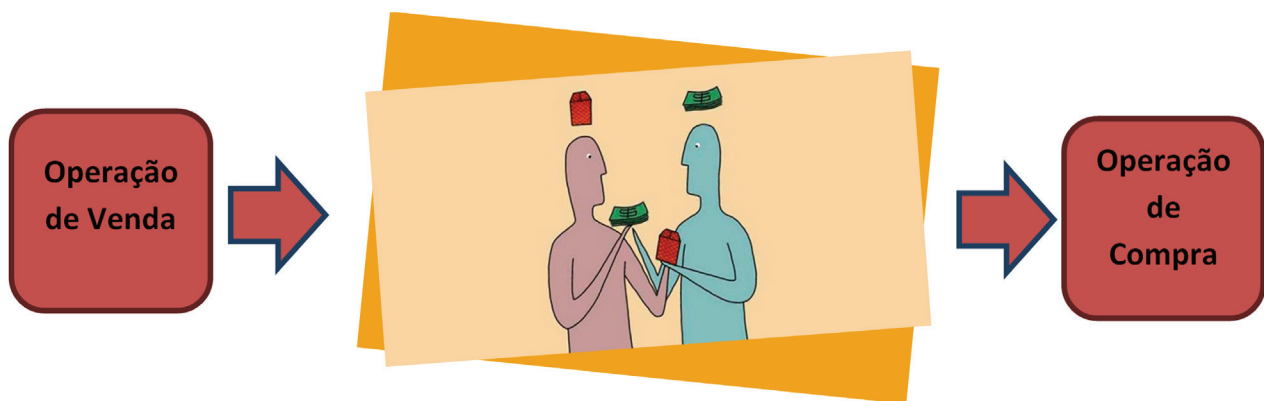
1.2 - Funções

O dinheiro, assim como a moeda, em sentido lato, tem diversas funções reconhecidas, que justificam o desejo de as pessoas o reterem: São as seguintes as suas características:

a) Meio de troca

É um instrumento intermediário de aceitação geral, que permite ao seu detentor a possibilidade de solver débitos, de efetuar pagamentos, e o direito de exigir da sociedade quaisquer bens correspondentes ao valor facial indicado. A introdução do dinheiro permitiu desdobrar a troca direta em duas fases distintas:

- Troca de bens ou serviços produzidos por um indivíduo, por dinheiro (operação de venda)
- Troca de dinheiro por bens ou serviços produzidos por um indivíduo, (operação de compra)



b) Unidade de conta

Funciona como denominador comum de valores permite contabilizar ou exprimir numericamente os ativos e os passivos, os haveres e as dívidas. É o padrão de avaliação de todos os bens e serviços colocados no mercado. Esta função do dinheiro suscita a distinção entre preço absoluto e preço relativo. O preço absoluto é a quantidade de moeda necessária para se obter uma unidade de um bem, ou seja, é o valor expresso em moeda. O preço relativo exige que se considerem dois preços, na medida em que é a comparação de preços. Quando o valor de um bem é frequentemente usado para comparar ou medir o valor de outros bens, ou quando o valor é utilizado para especificar débitos, então esse bem funciona como unidade de conta.

c) Reserva de valor



Pode ser acumulado, para ser usado no futuro. Os indivíduos, seja por motivo de transação, segurança ou especulação, preferem acumular dinheiro, à semelhança dos que o guardavam num cofre, para exercer, no futuro, os direitos que a sua posse permita.

Esta função é compartilhada com outros ativos como o ouro, as ações, as obras de arte e mesmo imóveis. A grande diferença entre o dinheiro e as restantes reservas de valor reside no elevado grau de liquidez do dinheiro.

1.3 - Como podemos usar o dinheiro: Decisão Intertemporal de consumo

O dinheiro poderá ser utilizado no presente ou no futuro. A escolha cabe a você.

Vamos considerar que os indivíduos vivem dois períodos e que naturalmente existem relações entre o primeiro e o segundo período.

O objetivo é compreender o comportamento de consumo de um consumidor em dois períodos consecutivos de tempo e como ele reage a variações de rendimento e da taxa de juro.

O primeiro período vai ser identificado como sendo o presente, o “hoje” e o segundo como o futuro, ou o “amanhã”, conforme tabela abaixo.

| | | | |
|------------------------|----------|--------------------------|-----------|
| Consumo hoje | c | Consumo amanhã | c' |
| Rendimento hoje | y | Rendimento amanhã | y' |
| Poupança hoje | s | Taxa de juro | r |
| Impostos hoje | t | Impostos amanhã | t' |

As variáveis que fazem a ligação de “hoje” com “amanhã” são a poupança e a taxa de juro. Os impostos são tomados de uma forma particular, em face da nossa realidade. Como é habitual em economia, o indivíduo irá decidir o seu consumo de forma a maximizar a sua satisfação. Como há uma restrição orçamentária, o indivíduo deverá tomar a sua decisão baseada na melhor escolha entre o consumo ótimo de hoje x o consumo de amanhã.

1.3.1 - Consumo hoje

Mas afinal o que significa o Consumo?

- É realizado pelas famílias que utilizam o rendimento, **fruto do seu trabalho** para comprar bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades.
- **Podemos dizer que se resume em FELICIDADE / SATISFAÇÃO PRESENTE**
- O agente econômico é um ser racional que adota o comportamento maximizador: busca maximizar benefícios e minimizar prejuízos.



“O consumo de hoje é preferível ao amanhã”

Teoria de Fisher:

Apresentaremos a seguir as principais hipóteses do modelo básico de comportamento do consumidor:

- a) O consumidor racional se preocupa com o futuro e precisa fazer escolhas intertemporais.
- b) O consumidor possui preferências a respeito da quantidade de bens que irá consumir ao longo de sua vida;
- c) O consumidor possui informação perfeita a respeito dos rendimentos que irá obter ao longo da sua vida, ou seja, ele conhece os rendimentos;
- d) O consumo corrente depende não só da renda corrente, mas também da renda “esperada” para o futuro. Em outras palavras, as variações puramente temporárias na renda não apresentam nenhum efeito sobre a decisão de consumo, embora influenciem a poupança.
- e) Considera a taxa de juros como recompensa pela espera.

1.3.2 - Poupança: Decisão intertemporal de consumo FUTURO!!

É a parcela da que não é gasta no período em que é recebida, e, por consequência, é guardada para ser usada num momento futuro.

- As pessoas que têm dinheiro sobrando, poupam. Colocam o dinheiro no banco. O banco paga a essas pessoas uma remuneração ou rendimento (os juros).
- Os bancos pegam o dinheiro que receberam de depósito e emprestam a outras pessoas que estão precisando de dinheiro e cobra uma remuneração (os juros).

Keynes enumera 8 fatores subjetivos que levam o indivíduo a poupar:

- i. A fim de constituir uma reserva para fazer face a contingências imprevistas, isto é, o motivo precaucional;
- ii. A fim de preparar-se para uma relação futura prevista entre a renda e as necessidades do indivíduo e sua família, diferente da que existe no momento, como por exemplo, no que diz respeito à velhice, à educação dos filhos ou ao sustento das pessoas dependentes, isto é, o motivo ciclo da vida;
- iii. A fim de beneficiar-se do juro e da valorização, uma vez que um consumo real maior no futuro é preferível a um consumo imediato mais reduzido, isto é, o motivo substituição intertemporal;
- iv. A fim de desfrutar de um gasto progressivamente crescente, satisfazendo a um instinto normal que leva os homens a encarar a perspectiva de um nível de vida que melhore gradualmente, de preferência ao contrário, mesmo que a capacidade de satisfação tenda a diminuir, isto é, o motivo melhoria;
- v. A fim de desfrutar de uma sensação de independência ou do poder de fazer algo, mesmo sem ideia clara ou intenção definida da ação específica, isto é, o motivo independência;
- vi. A fim de garantir uma massa de manobra para realizar projetos especulativos ou econômicos, isto é, o motivo iniciativa;
- vii. A fim de legar uma fortuna, isto é, o motivo herança;
- viii. A fim de satisfazer a avareza pura, ou seja, inibir-se de modo irracional, mas persistente, de realizar qualquer ato de despesa como tal, isto é, o motivo avareza.

Portanto, Keynes já afirmara, em 1936, que as motivações das famílias quanto às suas decisões de consumo/poupança, (e entre elas o motivo precaucional), poderiam mudar, de acordo com vários fatores como a distribuição de riqueza e os níveis de vida.

Capítulo 2

Juros: conceito e formação

2.1 - Conceito



É o rendimento que se obtém quando se empresta dinheiro por um determinado período. Os juros são para o credor (aquele que tem algo a receber) uma compensação pelo tempo que ficará sem utilizar o dinheiro emprestado. Por outro lado, quem faz um empréstimo em dinheiro ou faz uma compra a crédito, geralmente terá que pagar um acréscimo pela utilização do dinheiro ou pelo parcelamento da

totalidade do valor do bem. A esse acréscimo também se dá o nome de juro. As taxas de juros são calculadas de acordo com alguns fatores como, a inflação em vigor, com o que foi acordado no contrato ou com o risco do empréstimo para o credor. As taxas podem ser maiores ou menores numa relação proporcional ao tamanho do risco.

Em se tratando de instituição financeira, a diferença entre os juros que pagam e o que recebem é o chamado “spread” bancário. Parte desse “*spread*” é o lucro do banco.

Lembrando que:

“Quanto mais dinheiro no mercado, menor os juros”

- Os bancos emprestam para as pessoas e para o Governo:
- Quando o COPOM (Comitê de Política Monetária) do Banco Central sobe a taxa de juros básica da economia (taxa SELIC), os bancos emprestam mais para o Governo e menos para as famílias e empresas.
- Por isso, a taxa de juros os juros para financiar o crédito para as famílias e empresas aumenta. As pessoas pegam menos empréstimos e, por isso, consomem menos. Menor consumo, menor inflação.

2.2 - Variáveis que afetam a taxa de juros.



a) Risco

Nessa transação, negocia-se o dinheiro contra uma promessa futura de pagamento, porém, o empréstador tem um volume limitado e imperfeito de informações com relação à tomada de recursos, ou seja, emerge o risco de não pagamento. O risco se define na probabilidade de perda de recursos pelo aplicador, isso ocorre pela incapacidade de pagamento do emissor do título, que pode ser parcial ou/e total. O risco induz a taxa, quando maior ele for, maior será a taxa exigida. Tem algumas empresas que são especializadas em avaliar essas taxas, isso inclui, crédito da empresa, países e títulos, assim é visto quem lidera a maior taxa que será paga.



b) Liquidez

O grau de liquidez mostra a facilidade que um determinado ativo vire poder de compra. A liquidez está diretamente relacionada com a forma de organizar o mercado e seus tamanhos, sendo assim, a liquidez do título maior, faz com a taxa de juros seja menor.



c) Prazo

Refere-se ao prazo de maturidade dos títulos, considera-se que essa é de maior preferência por títulos do menor prazo. Em geral, ela é a taxa positiva, mostrando que quanto maior o prazo, maior deverá ser a taxa de juros, o que é melhor para quem utiliza desses juros. Fonte: Política monetária.

2.3 - Formação do valor de dinheiro

As taxas de juros são determinadas pela quantidade de dinheiro em circulação, onde nesse mercado, há demandantes e ofertantes de dinheiro. Deverá haver a aproximação/interação entre esses agentes econômicos.

- Ofertantes de dinheiro: Unidades superavitárias/quem tem dinheiro. São os Depositantes/poupador-emprestador ou investidores financeiros
- Demandantes de dinheiro: Unidades tomadoras de recursos/ quem precisa de dinheiro, seja pra financiar o seu consumo (famílias), ou para investir (empresas). Quando o governo possui déficit e via de regra financia seus gastos correntes ou investimentos, se endividando com os ofertantes de recursos.
- Intermediários financeiros: Instituições Financeiras especializadas em operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e em negociações de ativos financeiros que são trocados por dinheiro.



Capítulo 3

Crédito: conceito e tipos

3.1 - Conceito



Crédito é um termo que traduz confiança, e deriva da expressão “crer”, acreditar em algo, ou alguém. O crédito, sob o aspecto financeiro, significa dispor a um tomador, recursos financeiros para fazer frente a despesas ou investimentos, financiar a compra de bens, etc..

Com o tempo, aqueles primeiros “bancos” ou casas de crédito, verificaram que, nem todos os clientes que haviam depositado seus metais preciosos como ouro e prata, faziam o resgate ou retirada ao mesmo tempo. As pessoas, por segurança, mantinham os seus valores depositados nestes primeiros bancos, até por serem mais seguros e confiáveis. Ao mesmo tempo, já haviam pessoas, como os mercadores e os primeiros empreendedores no ramo da tecelagem, que necessitavam de recursos para expandir os seus negócios. Os bancos então passaram a emprestar os valores depositados, em troca de uma remuneração pelo uso do dinheiro, durante o tempo em que o mesmo fosse utilizado. Os primeiros bancos emprestavam para comerciantes, exigindo garantias. Também emprestavam a reis e imperadores, financiando suas guerras e seu luxo. Hoje o crédito é o responsável por empréstimos e financiamentos concedidos a todos os agentes e setores na economia.

3.2 - Tipos de crédito

No Brasil existem diversas linhas de crédito e empréstimo, e como todo produto financeiro, apresentam vantagens e desvantagens, quando comparados.

a) Empréstimo Consignado

Tipo de empréstimo feito por funcionários de órgãos públicos, aposentados pensionistas e empresas privadas que consiste em descontar as parcelas do empréstimo diretamente na

folha de pagamento do tomador. Pode ser uma forma de crédito excelente para pessoas pouco organizadas financeiramente. As taxas de juros são muito baixas quando comparadas com outras modalidades de crédito pessoal.

b) Empréstimo com Cheque especial

Neste caso, é um tipo de empréstimo em que o banco disponibiliza ao cliente que tem conta corrente, um crédito pré-aprovado com um limite de recurso em dinheiro estabelecido de acordo com o perfil do correntista, que pode usá-lo como empréstimo quando quiser. A única facilidade é não ter que pedir o dinheiro emprestado na hora de ter que equilibrar o orçamento ou em alguma emergência.

O ponto negativo são os juros altos cobrados quase que de forma abusiva, e o fato de achar que esse dinheiro já faz parte de sua renda. É bom pensar muitas vezes antes de utilizar cheque especial como empréstimo de dinheiro.

c) Empréstimo Rotativo

Neste tipo de empréstimo seria como pegar um dinheiro emprestado e pagar somente uma parte dele, neste caso o valor mínimo da fatura. Aqui as taxas e encargos cobrados pelo crédito rotativo são altíssimos. É interessante utilizá-lo nessa condição somente em situações de emergência e tomar cuidado para não se acostumar e virar escravo do empréstimo rotativo, ficando sempre na mão do financiamento da fatura do cartão.

d) Empréstimo com Penhor

Com esse tipo empréstimo a pessoa tem acesso a um crédito rápido, se livra de análise de cadastro de crédito e não tem que apresentar nenhum avalista. Além disso o consumidor pode estar com o nome sujo (inscrito em cadastros do SPC, Serasa ou CCF), ou seja, pode estar inadimplente que ainda assim pode penhorar qualquer coisa sem problema.

Apesar das facilidades do empréstimo com penhora, tome cuidado com os custos do penhor, como qualquer financiamento, os deste caso os juros e tarifas também são altos. Outro fato é que se não resgatar o bem penhorado, aí o prejuízo fica maior ainda, uma vez que o valor total avaliado no final é sempre superior ao valor do bem.

e) Empréstimo Pessoal

Os bancos costumam oferecer linhas de crédito para seus correntistas e, especialmente, para quem tem conta salário. As regras variam muito de um banco para outro. Sabendo que existe essa modalidade de crédito, você pode procurar o banco por onde você recebe o seu salário.

Exemplo: alguns bancos exigem que o tomador do empréstimo tenha conta salário na própria instituição e carteira de trabalho assinada há, no mínimo, 12 meses. A transação é rápida e pode, até mesmo, ser realizada por terminal eletrônico da instituição financeira. Os recursos vão, de imediato, para a conta corrente do cliente.

f) Leasing Financeiro

O leasing é uma modalidade de crédito para aquisição de bens principalmente automóveis. Na realidade, funciona como um tipo especial de aluguel uma vez que o veículo fica em nome da empresa de leasing até o final do contrato. O consumidor pode ter a opção de devolver ou comprar o bem, e, ainda, aumentar o prazo do contrato e, até mesmo, negociar um novo esquema de pagamento. Porém para ter certeza disso, leia bem o contrato antes de fazer a operação, pois na prática estas situações não acontecem de forma simples.

g) Crédito Direto ao Consumidor – CDC

O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) permite que você obtenha o crédito no momento em que está adquirindo um bem (como eletrodoméstico, móvel, automóvel etc.) ou um serviço (cursos, pacote de viagens etc.).

Na prática, a obtenção deste tipo de crédito é bastante simples. Em geral, a loja faz um cadastro rápido, com base no contracheque, exigindo apenas comprovante de residência e CPF. Só em alguns casos, para financiamentos de valores maiores, exige-se uma entrada e/ou um avalista. Com a ficha aprovada, o crédito sai na hora. Tudo isso é feito na própria loja, o que facilita a compra, mas se você tiver tempo, também pode conferir as taxas oferecidas pelo seu banco.

É importante que você sempre verifique qual é o custo total do seu financiamento, uma vez que, no valor total das prestações estão inclusos o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Taxa de Abertura de Crédito (TAC), que pode ou não vir embutida no valor das prestações aumentando o valor do seu financiamento. Vale tentar uma isenção.

h) Cartão de crédito

É uma forma de pagar as compras. É muito popular hoje no Brasil. Com base em sua renda ou em seu perfil de consumo, as empresas oferecem cartões com determinados limites de crédito. Você escolhe um dia do mês para pagamento da fatura e chega a ter até 40 dias de prazo se utilizar o cartão em data boa (nove dias antes do vencimento da fatura, por exemplo).

i) Antecipação do Imposto de Renda

Os bancos costumam disponibilizar para os seus correntistas até 80% do valor da restituição do Imposto de Renda. O pagamento da dívida é feito de uma só vez no momento em que o dinheiro é liberado pela Receita Federal. Ele funciona como um empréstimo bancário e só vale a pena usar na hora o aperto financeiro. Para fazer uma compra a crédito, por exemplo, é melhor usar outras modalidades, como CDC.

3.3 - Diferenças entre o tomador e o credor

Quem junta o dinheiro antes de comprar algo tem muito mais dinheiro do que alguém que compra a prazo ou pega empréstimos.

- QUEM PEGA EMPRÉSTIMOS USA OS JUROS CONTRA SI MESMO:

Exemplo: João pega empréstimo de R\$ 1.000,00 para pagar o valor total ao final de 10 meses, com juros compostos a uma taxa de 10% ao mês.

$$VF = P \times (1 + i)^n \Rightarrow VF = 1000 \times (1 + 0,1)^{10} = 2.593,74$$

- QUEM JUNTA DINHEIRO E POUPA USA OS JUROS A SEU FAVOR:

Exemplo: Pedro aplica R\$ 100,00 por mês durante 10 meses, rendendo 1% ao mês com juros compostos.

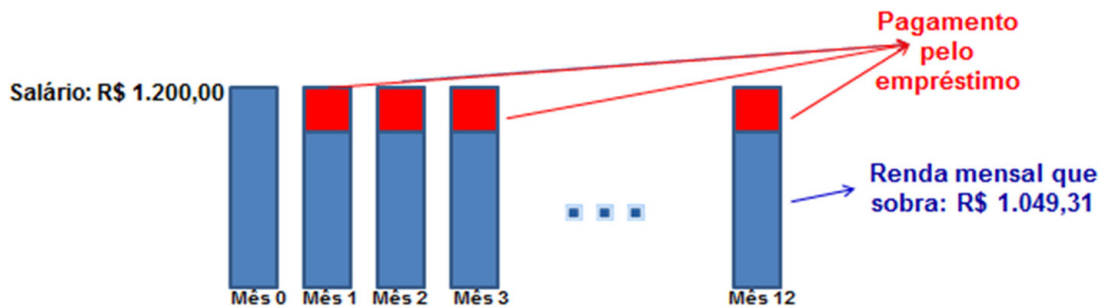
$$VF = 100 \times (1,01)^{10} + 100 \times (1,01)^9 + \dots + 100 \times (1,01)^1 = 1.056,68$$

Apropriação das parcelas no orçamento

João recebe R\$ 1.200,00 por mês e quer comprar uma nova televisão, que custa R\$ 1.500,00.

- **Hipótese 1:** João tem poupança e compra à vista. Por isso, recebe 5% de desconto: a TV sai por R\$ 1.425,00;
- **Hipótese 2:** João não tem o dinheiro para pagar à vista e resolve parcelar em 12 meses, com juros de 3% ao mês: ele vai pagar R\$ 150,69 ao mês, totalizando R\$ 1.808,32. Ou seja, pagou R\$ 383,32 a mais que na hipótese 1;

Olha o que acontecerá a João se comprar essa TV a prazo:



Agora, veja o que aconteceu com João ao fazer várias compras parceladas:

- ✓ Mês 1: Empréstimo: 12 x R\$ 150,69;
- ✓ Mês 2: Compra de sapato e roupas em 12x R\$ 100,00;
- ✓ Mês 3: Pagamento de carro em 60x 350,00;

✓ Olha o que acontecerá a João:



Tudo isso é fruto do crédito!! Sobrando apenas R\$ 599,31 para fazer frente às suas despesas fixas
Ao final, a pessoa pode ficar sem renda para sua sobrevivência.

3.4 - Crédito, quando vale a pena pegar?

- **Cheque Especial:** Necessidade de dinheiro em poucos dias (menos de 10 dias).
- **Parcelamento da fatura do cartão de crédito:** Evite.
- **Crédito consignado em folha:** Utilize quando tiver uma emergência e sua reserva em dinheiro não for suficiente;
- **Crédito Direto ao Consumidor:** Evite. Procure comprar à vista.
- **Crédito Imobiliário:** Adquirir a casa própria e sair do aluguel. Cuidados: taxa de juros, prazo, valor da prestação e demais custos embutidos no financiamento.
- **Na maior parte dos casos, o melhor é poupar antes de comprar!!**

Capítulo 4

Passos para sair do endividamento

4.1 - Organize suas finanças

Enquanto alguns deixam de cuidar do orçamento por falta de consciência da importância dessa medida ou de organização entre as diversas tarefas diárias, outras pessoas empurram essa iniciativa com a barriga por medo de encarar a sua real situação financeira.

Sendo assim, o primeiro passo para controlar as suas finanças é assumir o compromisso de começar. Reserve algumas horas do seu dia para dar início ao processo.

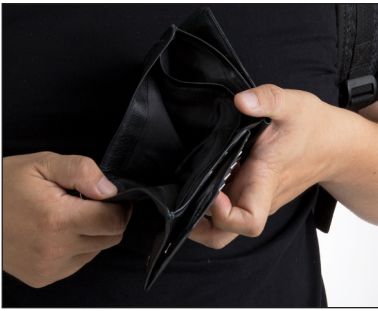
a) Coloque suas receitas e despesas no papel

Esta é a hora de colocar a mão na massa e passar para o papel as suas receitas e despesas. Para fazer uma boa organização financeira, é interessante que você faça uso de uma ferramenta de organização, seja um aplicativo ou planilha – aqui temos um modelo que pode ajudá-la. Veja alguns exemplos em:

<https://www.rioprevidencia.rj.gov.br/EscolaFinanceira/Downloads/index.htm>

Para montar seu orçamento, você deve começar listando todas as suas fontes de receita do mês (rendas como salário, pagamento de bicos, aluguel, etc.). Depois é hora de anotar as despesas, as fixas (habitação, alimentação, saúde, transporte, educação, etc.) e variáveis (como conta de celular, gastos no supermercado). Com essas informações em mãos, você poderá fazer a projeção de gastos do mês e descobrir quanto da sua renda já está comprometida. Repetindo esse processo mês a mês você terá uma visão muito mais analítica sobre a sua média de gastos.

b) Veja onde há margem para que haja corte no orçamento



Olhando para o seu orçamento, será muito mais fácil também avaliar quais gastos são desnecessários ou podem ser reduzidos entre as suas contas. Por exemplo, o seu pacote super completo da academia está valendo a pena? Você tem usado o seu telefone fixo? Sua anuidade do cartão de crédito está muito cara? Esse é o momento, portanto, de avaliar as suas despesas e buscar alternativas, cortando aquilo que é possível e negociando valores.

Uma dica para se guiar nessa avaliação é a regra dos 50/30/20: onde 50% da sua renda líquida é destinada a despesas essenciais e fixas (como aluguel, telefone, luz), 30% para despesas supérfluas (lazer, aquisições pessoais) e 20% para os seus investimentos.

Baixe aqui:

<https://www.rioprevidencia.rj.gov.br/EscolaFinanceira/Downloads/index.htm>

c) Identifique seus objetivos



O orçamento organizado irá ajudá-la também a identificar, com clareza, quais são as suas prioridades financeiras e os seus principais objetivos: de curto, médio e longo prazo.

Se você tem dívidas a pagar, esta deve ser a sua prioridade: quitá-las. Agora que você já sabe quanto da sua renda está comprometida e já reavaliou seus gastos para reforçar a sobra mensal, reúna esforços para colocar sua vida financeira nos eixos. Pense também no que deseja conquistar depois de se livrar dessas pendências.

Se as dívidas estão sob controle, é hora de pensar nos seus objetivos. Descubra quanto você consegue poupar por mês – também olhando para a sua previsão de gastos e possibilidades de corte – e estabeleça suas metas: deseja viajar no fim do ano? Financiar um carro? Começar a pagar uma escola para filho? Esses objetivos são fundamentais para que você se mantenha fiel à sua organização financeira.

d) Crie um plano de ação (e tenha disciplina)

Por último, é hora de partir para a ação. Se a sua meta inicial for quitar dívidas, estabeleça um plano – aqui você encontra uma planilha que pode ajudá-la nessa tarefa. Com a organização feita, procure o seu banco, renegocie as taxas e condições de pagamento e comprometa-se com o seu objetivo.

Se já conseguir guardar uma parte do que ganha, é hora de pensar em poupar e investir, mesmo que o valor seja pequeno. Há diversos investimentos seguros e com boa rentabilidade que podem ajudá-la a conquistar seus sonhos, como o Tesouro Direto, CDB e LCI. Comece estudando as possibilidades para escolher a que mais se encaixa nos seus planos – aqui você confere mais informações.

Com foco nos seus objetivos, será muito mais fácil manter a disciplina de poupar. Se achar muito difícil no começo, comece guardando o pouco que consegue todo mês. Com o passar do tempo, você pode ir aumentando a poupança, conforme for analisando o orçamento e readeguando a sua situação financeira.

4.2 - Conheça as suas dívidas

Bote TODAS as suas dívidas no papel, da seguinte forma:

| Credor | Saldo Devedor em 30/06/2011 | Parcelas que faltam | Valor da parcela | Taxa de Juros (ao mês) | Valor para pagamento antecipado em 30/06/2011 |
|------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|------------------------|---|
| Banco XYZ | 16.800,00 | 48 | 350,00 | 3,00% | 8.843,35 |
| Banco ABC | 3.600,00 | 24 | 150,00 | 5,00% | 2.069,80 |
| Zing Zong Eletro | 1.000,00 | 10 | 100,00 | 8,00% | 671,01 |
| Cartão 1 | 3.200,00 | 8 | 400,00 | 15,00% | 1.794,93 |
| Cartão 2 | 5.000,00 | 10 | 500,00 | 11,00% | 2.944,62 |

Procure saber o valor presente da dívida, ou seja, quanto custa pagar TODA a dívida hoje.

As dívidas mais caras são aquelas com o CET maiores.

4.3 - Reestruture suas dívidas

Acompanhe os passos para obter uma boa negociação com a instituição financeira:

4.3.1) Faça cálculos realistas

De nada adianta chegar na mesa de negociação da instituição financeira e aceitar uma proposta que você não terá condições de pagar.

O primeiro passo, portanto, é colocar no papel a renda líquida do mês (descontados impostos e benefícios), e subtrair os gastos essenciais e fixos. Após realizar esse cálculo, o consumidor deve cortar os gastos supérfluos. O saldo final é o que deve ser proposto como pagamento mensal da **dívida** ao **banco**. Nesse cálculo, é possível também incluir rendas extras que serão recebidas no futuro, como o 13º salário, que podem ser utilizadas para abater a dívida e render descontos.

4.3.2) Analise o contrato

Antes de renegociar a dívida, verifique se o contrato do **financiamento** não contém irregularidades, seja porque provoca prejuízos consideráveis ou cobra taxas a mais.

4.3.3) Pesquise as condições oferecidas por outros bancos

É possível portar a dívida para outra instituição financeira que ofereça condições melhores de pagamento. Ao pesquisar taxas de juros, prazos e benefícios oferecidos por outras instituições o cliente pode pressionar o seu banco para que sejam oferecidas condições semelhantes. Caso o acordo não avance, o consumidor deve considerar levar a dívida para outra instituição financeira.

4.3.4) Analise a contraproposta do banco

Antes de aceitar a proposta oferecida pela instituição financeira, no calor da negociação, peça um tempo para refletir sobre as condições do acordo.

Geralmente a primeira proposta do banco costuma vir com valores altos e apenas alonga a dívida, repartindo o débito em mais parcelas para dar a impressão de que a prestação não vai pesar no bolso. Porém, é necessário analisar se há, de fato, um benefício na opção. Quanto mais parcelas, maiores serão os juros que o consumidor vai pagar, ainda que a taxa seja baixa.

É necessário verificar se o prazo proposto para o pagamento da dívida não é muito extenso e se, em um tempo menor, é possível que as parcelas ainda caibam no bolso do consumidor.

A taxa de juros cobrada também não deve estar acima da média praticada no mercado, o que pode aumentar de forma considerável o valor da dívida, além dos riscos de um novo descontrole no futuro.

Juntar todas as dívidas do banco em apenas um débito também pode não ser uma solução. Ao fazer isso pode ser mais difícil calcular o benefício do acordo, já que cada modalidade de crédito tem uma taxa de juros específica.

4.3.5) Não se intimide

Algumas instituições aproveitam o momento de fragilidade e assediam o cliente ao condicionar a renegociação da dívida à contratação de serviços. Essa prática é considerada venda casada e é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor. Nesse caso o consumidor não deve aceitar nenhuma proposta que traga ônus e serviços que não irá utilizar.

4.3.6) Se não houver acordo, peça ajuda

Caso não seja possível entrar em um acordo com o banco, é possível pedir ajuda de forma gratuita.

Os Núcleos de Superendividamento do Procon e a parceria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com as Defensorias Públicas de alguns Estados, auxiliam acordos entre consumidores e instituições financeiras. No RJ procure a Defensoria Pública NUDECON - **ligue 129**.

Porém, ambas as opções são apenas para clientes que se enquadrem no perfil de superendividado e já estão inadimplentes. Para quem precisa de ajuda e não se enquadra no perfil, pode ser necessário contratar um advogado, e arcar com as despesas do serviço.

4.3.7) Participe de feirões de renegociação

Antes de buscar um acordo com o banco, verifique também se há mutirões para renegociar débitos sendo realizados e se a instituição financeira participa dessas negociações. Esses eventos não têm um cronograma fixo.

As condições oferecidas nos feirões geralmente são melhores do que a oferecida em acordos individuais. Isso porque o banco busca receber pagamentos pelo volume de acordos, e não pelo valor de cada negociação.

4.3.8) Não caia de novo na armadilha

Depois que a dívida for renegociada, é necessário um cuidado ainda maior para não descontrolar as finanças novamente. Caso o consumidor volte a não conseguir pagar a dívida, será mais difícil renegociar o débito com o banco. A instituição financeira fica menos flexível em caso de reincidência. O banco pode, nesse caso, optar por não baixar a taxa de juros ou reduzir o valor da dívida e também se negar a alongar o prazo de pagamento.

Importante

Qual o limite do endividamento?

O endividamento deve corresponder, no máximo, a 30% da renda para evitar descontroles financeiros, segundo especialistas.

4.4 - Corte gastos desnecessários

O recente dado divulgado pelo Banco Central, de que quase 1/3 dos brasileiros estão imersos em dívidas (quase 60 milhões de pessoas) é assustador, mas evidencia, ao mesmo tempo, o quanto o brasileiro é suscetível às tentações do mercado publicitário, à verdade social das aquisições

materiais como sinônimo de bem-estar e sucesso pessoal, bem como à cultura (ainda persistente) de desfrutar o prazer hedonista de comprar hoje e pagar amanhã. Ainda corroborando essa ideia, um estudo feito pelo Banco Boa Vista há alguns meses, revelou que 38% dos brasileiros gastam sem fazer qualquer tipo de planejamento, pelo simples e imediato impulso de ter um bem material. Isso explica porque o Natal de tanta gente no país será limitado pela “bola nos pés” do endividamento. Que tal então mudar sua visão sobre dinheiro e entrar no ano seguinte com uma nova visão sobre planejamento, estabelecimento de prioridades e redução de dívidas?

O primeiro passo é compreender de que existem três tipos de aquisições: as essenciais, as úteis e as triviais. Se há muitas coisas que você gostaria de comprar, insira cada um dos itens em uma planilha, listando cada um nas respectivas colunas, com sinceridade e sensatez.

Um exemplo: você assinou um pacote completo de TV a cabo, mas passa o dia fora de casa. Você tem certeza de que precisa de todos os 250 canais que lá estão? Que tal assinar um pacote mais básico, que pode resultar em mais de 60% de desconto em relação à mensalidade inicial? Este recurso pode ser direcionado para a redução de dívidas.

Na coluna prioridades, devem ser colocados gastos com alimentação básica e suficiente para preencher as necessidades nutricionais da família, transporte, lazer (controlado), planos de saúde (você também pode optar por planos mais básicos), etc.

Já na coluna supérfluo, podem ser inseridos gastos com viagens, troca do carro da família, assinatura de jornais, despesas com vestuário, etc. Evite também compra produtos pensando apenas na marca.

O que é necessário compreender é que o supérfluo não é aquilo que você tem que expurgar em definitivo em sua vida, mas gastos que podem esperar até que você consiga ter algum êxito em seu plano de redução de dívidas.

Se puder, venda ativos para pagar dívidas. Mas analise com prudência essa alternativa. Verifique a necessidade do ativo em sua vida.

4.5 - Aumente a sua renda

- Pense no que você pode fazer para aumentar a sua renda. Uma habilidade manual (marcenaria, pintura, etc.). Você pode trabalhar como autônomo nas horas vagas...
- Atualize-se!!! Faça treinamentos e cursos.
- Estude. Qualifique-se. Existem muitas opções gratuitas disponíveis durante todo o ano.
- Busque ajuda de pessoas preparadas para isso. Por exemplo: SEBRAE.
- Você descobrirá algo em que é bom e poderá ganhar dinheiro com isso!

Considerações finais

Este módulo teve como objetivo auxiliar o aluno a entender os principais aspectos relacionados ao crédito e ao endividamento.

O capítulo 1 procurou fazer uma análise histórica a cerca da origem e funções do dinheiro, abordando sua forma de utilização e as decisões intertemporais de consumo presente e futuro. No capítulo 2 abordou-se acerca do valor do dinheiro no tempo, conceituando os juros e as diferentes variáveis que afetam a sua formação.

No capítulo 3 procurou-se conceituar o crédito, bem como fazer um levantamento dos diferentes tipos de créditos ofertados no mercado brasileiro.

No capítulo 4 foram observados os principais passos com o objetivo de orientar na estratégia de quitação das dívidas, tais como: organizar suas finanças, conhecer e reestruturar as dívidas, cortar gastos desnecessários e aumentar a renda.

Esse módulo procurou identificar os aspectos econômicos que levam ao crédito e ao endividamento e de que forma esses afetam o padrão de consumo das famílias e seu equilíbrio financeiro e emocional. Foram introduzidos aqui alguns passos importantes que poderão nortear e ajudar as famílias a trabalharem com a questão do endividamento e controle financeiro.

Os próximos módulos desse programa tem como objetivo demonstrar como elaborar um orçamento equilibrado como base para o bem estar financeiro.

